

UMA EXPERIÊNCIA DE "CAMPUS" AVANÇADO — A Faculdade de Educação no "Campus" Avançado da USP, em Marabá, Estado do Pará

RUBENS ANDRÉLLO (*)

Nos seis programas atualmente em execução: Operação Nacional, Operação Regional, Operação Especial, "Campus" Avançado, Interiorização de Mão-de-Obra e Estágio Remunerado, pode-se verificar as perspectivas e possibilidades do Projeto Rondon, (1) no auxílio às carentes e deficientes administrações municipais, na integração progressiva de mão-de-obra qualificada, no auxílio para o desenvolvimento do processo educacional, na ajuda aos setores da experimentação e da técnica em benefício da agricultura e pecuária e nos setores da saúde e do serviço social, além de proporcionar estágios aos universitários, dando-lhes condições para adequar sua profissão à realidade regional e nacional.

A experiência das quatro primeiras Operações, todas Nacionais, do Projeto Rondon, "demonstrou muito o que foi feito, mas evidenciou de modo bem claro o muito que se tinha para fazer, a fim de ultrapassar a primeira fase que, embora pioneira, cheia de realizações e envolta num grande entusiasmo, trouxe consigo certa descontinuidade, eivada aqui e ali, de assistencialismo e paternalismo nem sempre aceitos voluntariamente, mas impostos como consequência da falta de planejamento" (2).

A implantação dos três primeiros "campi" avançados: Boa Vista — RR (instalado a 1.º de agosto de 1969, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Maria, RGS), Tefé — AM (instalado em 9 de agosto de 1969, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG) e Parintins — AM (instalado em outubro de 1969, sob a responsabilidade da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

(*) Representante da Faculdade de Educação junto ao Grupo de Trabalho da USP. Sub-Coordenador do GT-USP.

(1) Em junho de 1968, o Governo Federal instituiu o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, através do Dec. n. 67.927, e dois anos após, o Dec. n. 67.505 transformou-o em órgão autônomo da Administração Direta, subordinado ao Ministério do Interior. Em 15/12/75, a Lei n. 6.310 autorizou a instituição da Fundação Projeto Rondon, dando-lhe nova estrutura administrativa e redefinição de sua natureza e finalidades.

(2) Viveiros, E. — "Rondon Conta Sua Vida" — Cooperativa dos Sertanistas, Rio de Janeiro, 1969, pág. 609.

ex-UEG), veio não só como resposta à descontinuidade até então observada, mas sobretudo, como estímulo e instrumento legal para adequar a Universidade à realidade, tornando-a promotora do desenvolvimento. A Universidade, implantando o seu "Campus" Avançado, penetra no Interior Brasileiro, interioriza-se, integra-se com as comunidades de tal forma, que, nelas inserida, possa desenvolver a difícil missão do desenvolvimento integral do homem brasileiro.

O "Campus" Avançado, extensão da própria Universidade, que atua fora de sua área geoeeducacional, caracteriza-se pela presença permanente de universitários e professores executando atividades que visam ao desenvolvimento da micro-região, onde se encontra a sede do "Campus" Avançado. O trabalho realizado em cada "Campus" Avançado, instalado em área prioritária do Governo Federal e considerada como polo de desenvolvimento, mas ainda carente de recursos, apresenta um potencial de grande valia para o desenvolvimento dessa área, como também pode contribuir para acelerar a sua integração na comunidade nacional.

Para isso, a Universidade responsável dispõe, na retaguarda, de uma estrutura administrativa, corpo docente e discente, para apoiar as atividades desenvolvidas pelos seus representantes na sede do "Campus" Avançado. A Universidade, mediante seu Grupo de Trabalho Universitário (GTU), elabora um plano de desenvolvimento das atividades que serão executadas anualmente, contendo a política de ação do "Campus", os programas e os projetos que serão realizados para promover o desenvolvimento daquela região que, isoladamente, não teria condições de aspirar nem de realizar (3).

O "Campus" Avançado, mediante ação integrada, e sendo um dos fatores do desenvolvimento local e regional, agindo conjuntamente com outros fatores existentes no contexto da comunidade, tem como objetivos fundamentais:

— proporcionar à região melhores condições de se transformar em polo de desenvolvimento;

— proporcionar educação de base;

— dar condições aos universitários de obterem outros ensinamentos através da prática, mediante a execução de trabalhos e projetos junto à comunidade;

— criar meios para adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e política de fixação de técnicos;

— cooperar com órgãos públicos federais, regionais ou municipais, bem como órgãos privados, sob a forma de projetos, estudos, pesquisas e serviços, com vistas à implantação de programas específicos para o desenvolvimento local integrado;

(3) V. Portaria GR n. 247, de 18.09.74, publicada no D. O. de 21.09.74, pág. 57, que estabelece o regimento interno do Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo — GTUSP — referente ao "Campus" Avançado de Marabá.

— propiciar o engajamento dos grupos populacionais, a integração do homem ao meio, desenvolvendo e fortalecendo as lideranças necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento das comunidades, contribuindo assim para melhorar o nível de vida da população do interior brasileiro;

— trazer à Universidade a perfeita visão da Realidade Brasileira;

— contribuir para a integração da instituição universitária às comunidades brasileiras;

— ser veículo de aprimoramento da formação social da comunidade como forma representativa da potencialidade de sua instituição universitária;

— contribuir para melhorar o nível de vida da população, sendo o ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário;

— possibilitar que a Universidade estenda à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhe são inerentes” (4).

O “CAMPUS” AVANÇADO DA USP EM MARABÁ

A instalação de um “Campus” Avançado se inicia com o contato de professores da Universidade responsável, com o governo local e órgãos regionais, para que os projetos a serem desenvolvidos correspondam às metas daqueles órgãos.

E, “após a viagem de observação e de estabelecimento de contatos em Belém do Pará com as autoridades que tratam da Amazônia, e em Marabá, com as autoridades e o povo”, concluiu-se “ser perfeitamente viável a implantação do “Campus” Avançado da USP, em Marabá” (5).

Das observações e dos contatos mantidos em Belém e Marabá, em julho de 1971, pelos Professores Dr. Ruy Afonso da Costa Nunes, da FEUSP, e Dr. Moacir Camponês do Brasil Sobrinho, da ESALQ, de Piracicaba, especialmente designados pelo Reitor da Universidade de São Paulo, resultou a instalação, em 15 de outubro desse mesmo ano, do “Campus” Avançado de Marabá, com a presença do Reitor, dos Ministros da Educação e Cultura, do Interior, do Governador do Pará e outras autoridades.

“A idéia de um “Campus” polivalente marca uma segunda fase do Projeto Rondon. Polivalente e planejado no sentido de que os estudantes não virão aqui sem prévio conhecimento da missão que lhes será confiada; virão divididos por áreas de conhecimento, cada uma delas devidamente integrada” (6). Com essas palavras, o Reitor Miguel Reale saudou o

(4) Ministério do Interior, Coordenação Geral do Projeto Rondon — Sua Dimensão Atual — Brasília, DF., 1974.

(5) Nunes, Ruy Afonso da Costa — “Relatório sobre a viabilidade da implantação do “Campus” Avançado da USP, em Marabá” — julho/1971.

(6) USP Notícias — Ano 2, n. 13, out.-nov.-dez., 1971, pág. 3.

plano do Projeto Rondon de instalar, em Marabá, o “Campus” Avançado da Universidade de São Paulo.

A área de influência da atuação do “Campus” é a micro-região de Marabá, que, de acordo com a classificação do IBGE, (7) é formada pelos municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Jacundá e Tucuruí. A micro-região está situada no vale do médio rio Tocantins, sendo que este rio já constituiu o eixo principal de ligação entre os municípios. Hoje, a Rodovia Transamazônica, especialmente no verão, contesta com o rio Tocantins essa primazia. O centro urbano de maior relevância é Marabá, que possui cerca de 35.000 habitantes.

A CONTRIBUIÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO JUNTO AO “CAMPUS” AVANÇADO

A FEUSP integra o Grupo de Trabalho da USP para o “Campus” Avançado de Marabá, desde outubro de 1971, data de sua instalação. Entretanto, como já dissemos, em julho desse mesmo ano, colaborou nos estudos sobre a viabilidade de sua implantação, realizados pelo Prof. Dr. Ruy Afonso da Costa Nunes, do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, o qual coordenou os trabalhos da Área de Educação (Setor de Recursos Humanos do GT-USP), até fevereiro de 1974. O GT-USP também recebeu colaboração inicial, do Prof. Dr. José Augusto Dias, do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FEUSP.

Em novembro de 1971, com a segunda equipe de estagiários, a Área de Educação realizou, em Marabá, um “Diagnóstico Preliminar da Situação Educacional” (8), o qual possibilitou a elaboração de um “Plano de Atividades”, ou seja, um elenco de atividades a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazos, junto ao sistema de ensino local e regional. Tal plano, elaborado em janeiro de 1972, serviu de suporte para a execução de todas as atividades programadas no período de 1972 a 1976. Ei-lo, em alguns de seus itens:

.....

CAMPO DE ATUAÇÃO	“O plano de atuação para o ensino primário e ensino médio, da Área de Educação do “Campus” Avançado da USP, em Marabá, foi elaborado, levando-se em conta o diagnóstico do sistema de ensino e a análise de alguns problemas de importância local e regional, ficando patenteada a necessidade da
------------------------	---

(7) IBGE — Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas — Rio de Janeiro, 1967.

(8) Andrélo, Rubens — “Características de um Município — Problemas de Importância Local e Regional” — Série Estudos Regionais, n. 2, Projeto Rondon, Brasília, DF., 1972.

elaboração de um planejamento, que determine metas de ação imediata e a médio e longo prazos. Tal planejamento, visa afetar, não apenas Marabá, mas também os municípios limítrofes e vizinhos de: São João do Araguaia, Itupiranga e Jacundá, por estarem sob a jurisdição da IV.^a Divisão Regional de Educação do Pará, sediada em Marabá.

Além disso, faça-se menção, por oportuno, a um dos objetivos dos próprios "campi" avançados, qual seja: "proporcionar à região condições de transformação de polo de atração em polo de irradiação", atingindo desse modo metas de desenvolvimento sócio-econômico e de integração nacional.

AS METAS

Em educação, qualquer planejamento há de prever etapas de realização. Teremos assim:

1. *Metas de ação imediata:*

- sensibilização dos professores e das comunidades;
- planejamento da rede de ensino;
- atualização metodológica dos professores;
- implantação do ensino planejado.

Para o atingimento dessas metas e a conseqüente busca da melhoria do ensino, estão previstas as seguintes atividades:

- elaboração de sugestões e medidas a serem tomadas para o planejamento da rede de ensino, visando:
 - a) ao aproveitamento máximo da capacidade física dos prédios escolares, tendo em vista o "deficit" de salas-de-aula existente e a falta de recursos financeiros disponíveis;
 - b) à adoção da técnica de remanejamento entre os alunos das classes de primeiras séries primárias, como tentativa de solucionar, ao menos em parte, o problema da repetência;
- treinamento dos professores em técnicas sobre o período preparatório e alfabetização;
- treinamento dos professores em técnicas de ensino e sobre avaliação do rendimento escolar;
- cursos de atualização sobre planejamento didático, administração escolar e supervisão escolar;

(Esses cursos, substanciais, dizem da preocupação de estudo, revisão, troca de experiências, crítica e preparação, constituindo o fundamento orientador e preocupação primeira da Área de Educação);

- ativação do funcionamento da Associação de Pais e Mestres, nas escolas primárias e do Órgão de Coope-

ração Escolar, nas escolas de ensino médio (1.º grau);

- assessoramento à estrutura de sustentação do sistema de ensino (entidades mantenedoras), quando da implantação da Lei n.º 5.692/71, na micro-região;
- concessão de estágio supervisionado e/ou frequência a cursos de atualização em São Paulo, a professores, diretores e supervisores pertencentes ao quadro do pessoal do ensino local ou regional, visando ao seu aprimoramento.

2. *Metas a médio e a longo prazo: Cursos.*

Colaboração do "Campus" Avançado, na instalação e funcionamento de um "Núcleo de Educação" em Marabá, conforme realizou em 1970, a Universidade Federal do Pará, através de Centro de Educação, na instalação de "Núcleos", em Santarém (Pará) e em Macapá (Território Federal do Amapá), para a realização de Cursos de Licenciatura de 1.º ciclo parcelada e de menor duração (Licenciatura Monovalente de 1.º Ciclo e Licenciatura de 1.º Ciclo Polivalente), com o objetivo de atender à escassez e carência de pessoal qualificado para exercer a docência no ensino de 1.º grau (5.ª a 8.ª séries), nas seguintes Áreas: Estudos Sociais, Ciências e Letras.

O Parecer n.º 663/70, do C.F.E., que aprovou o Plano Curricular dos Cursos de Licenciatura Monovalente de 1.º Ciclo e Licenciatura de 1.º Ciclo Polivalente, assim específica: "É de todo interesse do Conselho Federal de Educação conhecer o resultado prático desta experiência. A mesma se enquadra, de resto, perfeitamente no § 1.º do Art. 23, da Lei n.º 5.540, de 19.11.68, que dispõe: "Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior" (9).

A realização desses cursos em Marabá visa atender a uma aspiração de professores titulados que militam no ensino primário e no ensino médio, uma vez que, neste nível de ensino, 95% dos professores são portadores apenas de registro ou autorização provisória para o exercício do magistério. Antes de tudo, será uma forma de evitar a dispersão de estudantes concluintes do curso normal colegial, que, deslocando-se para

(9) Com a aprovação do Parecer n. 355/72, do Conselho Federal de Educação, sobre "Estudos Adicionais" para elevação progressiva dos níveis de preparo do magistério no ensino de 1.º e 2.º graus, optou-se, posteriormente, para a montagem do projeto do Curso de Formação de Professor de 1.º grau, nível de 2.º grau, para exercício da 5.ª e 6.ª séries.

outros centros urbanos a fim de prosseguirem os estudos, agravam o problema da carência de pessoal qualificado para o sistema de ensino da micro-região”.

.....

AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

1972 — 1976

Pelo Diagnóstico Educacional do Estado do Pará, realizado em 1970, constatou-se que havia no antigo ensino primário e médio (1.º ciclo) 12.664 professores, dos quais 5.598 eram inabilitados para o exercício do magistério e, destes, 4.307 não possuíam o primeiro grau (ginásio) completo.

Na micro-região de Marabá, quando da realização, em novembro de 1971, do “Diagnóstico Preliminar”, o quadro era ainda mais sombrio: 67,7% do total dos professores não possuíam qualificação para o magistério e a participação de docentes não habilitados ocorria tanto no centro urbano de Marabá como nas demais sedes dos outros municípios, sendo entretanto mais flagrante na zona rural, onde se concentrava a maior parte desses professores. Ficou evidente, também, a explosão, nos anos seguintes, do sistema de ensino local e regional, causada pelo aumento da população em idade escolar, e motivada pelo fluxo de migração, visto a execução na área, por órgãos regionais (SUDAM, INCRA), de programas e projetos de desenvolvimento integrado.

Fundamentando-se nessas perspectivas, que permitiam uma visão geral das condições do sistema de ensino micro-regional, concluiu-se pela necessidade de uma atuação no sentido de serem alcançadas e atingidas metas qualitativas e quantitativas, em colaboração com o governo estadual e segundo o Plano Estadual do Pará, publicado em julho de 1972, de implantação do regime instituído na Lei n.º 5.692/71, especialmente para o ensino de 1.º grau.

Por outro lado, foi estabelecido que o objetivo norteador das atividades a serem desenvolvidas deveria estar voltado para afetar as comunidades da micro-região, visando despertá-las na busca de algumas soluções adequadas e exequíveis, face à realidade local, impedindo assim que situações menos desejáveis se instalassem definitivamente.

Desse modo, os trabalhos executados no período estiveram direcionados nesse sentido, tendo os estagiários da Área de Educação colaborado nas seguintes atividades:

- a) promoção de encontros com professores, pais e autoridades, para a análise da Lei n.º 5.692/71, e conseqüente conscientização para a Reforma do Ensino;



- b) instauração de um sistema de informações educacionais com atividades de coleta e atualização de dados, em caráter permanente, para servir de base a planejamentos e melhor aplicabilidade de recursos;
- c) elaboração de guias metodológicos que auxiliassem os professores na aplicação dos currículos e programas;
- d) estudo e reformulação do sistema de avaliação da aprendizagem e promoção dos alunos;
- e) ampliação e dinamização do serviço de orientação pedagógica, com o acompanhamento e orientação do trabalho docente;
- f) instalação e funcionamento de associações de pais e mestres e de centros cívicos escolares, na busca do entrosamento entre a comunidade e a escola.

Nesse período, além de cursos de atualização metodológica e qualificação de professores, outras atividades, de caráter específico, foram planejadas e executadas:

- a) elaboração de projetos para a reestruturação da Secretaria Municipal de Educação de Marabá e de São João do Araguaia;
- b) supervisão ao Projeto Minerva nos municípios da micro-região;
- c) docência junto ao Ginásio Estadual e Colégio Normal Particular de Marabá;
- d) participação junto ao Conselho Comunitário de Marabá;
- e) colaboração a outras áreas de atuação do "Campus".

O acompanhamento e avaliação desses trabalhos foram feitos mensalmente, através dos relatórios de participação dos estagiários e, semestralmente, "in loco", pela presença de um professor. Tal avaliação e análise de ordem crítica, visaram à descoberta de desvios e falhas, permitindo sentir onde, quando e por quê, as atividades, distanciando-se dos objetivos e diretrizes, definidos no plano previsto, deveriam ser corrigidas.

Em 1972 e 1973, optou-se por um trabalho diversificado, porque se apresentavam — como ainda se apresentam — várias alternativas de atuação, tendo em vista as exigências e inúmeras necessidades do sistema de ensino, ou seja: a precariedade da estrutura de sustentação do sistema, o elevado número de professores não qualificados e o reduzido número de supervisores também sem qualificação adequada, para atender a um sistema bastante amplo, cujas unidades de ensino, nem sempre de fácil acesso, apresentam considerável distância entre si.

Em 1974, devido ao nível de qualificação dos professores, principalmente daqueles em exercício no interior dos municípios abrangidos pela IV.^a Divisão Regional de Educação do Pará, foi elaborado e executado um plano de trabalho com as supervisoras, tendo como suporte um cronograma de reuniões pedagógicas, para dar assistência a esses professores, e como tentativa de adequação do sistema às transformações em ocorrência e provocadas na região. No primeiro semestre desse ano, foi de grande relevância a colaboração prestada pela Área de Educação, na

execução do plano de atendimento à população, enquanto perdurou o problema de calamidade pública, por ocasião das grandes enchentes dos rios Tocantins e Itacaiunas.

Importante salientar que, em 1974, de março a dezembro, a Área de Educação contou, além da participação de estagiários integrantes das equipes em rodízio, com a permanência no "Campus" Avançado, de um elemento interiorizado, supervisionando os trabalhos e coordenando as atividades a nível de desenvolvimento de comunidade, junto ao Conselho Comunitário de Marabá.

A assistência pedagógica e administrativa à rede de ensino continuou sendo prestada no decorrer de 1975 e 1976, porém, nesse período, as preocupações estiveram voltadas para a montagem e realização do "Curso de Formação de Professor de 1.º grau, nível de 2.º grau, para exercício da 5.ª e 6.ª séries", já preconizado no plano de atuação desde 1972, cujo projeto e termo de convênio foram aprovados na 30.ª Reunião Ordinária da Congregação da Faculdade de Educação da USP, em 22 de março de 1973.

A execução do projeto foi possível, em função do convênio SUDAM/Secretaria de Estado de Educação do Pará/Projeto Rondon, tendo o Conselho Estadual de Educação do Pará autorizado sua realização, através da Resolução n.º 56, de 14 de abril de 1975. O curso, sob a forma de estudos adicionais, segundo o Parecer n.º 355/72, do C.F.E., foi realizado em três etapas letivas: julho de 1975, janeiro e fevereiro de 1976 e julho de 1976, com a carga horária total de 705 horas-aula, correspondendo a 47 créditos. Sua realização teve como principal objetivo atender à necessidade de formação de pessoal qualificado para a expansão do sistema de ensino e a implantação da Reforma do Ensino na micro-região. Foi ministrado por docentes da Faculdade de Educação e Licenciados em Pedagogia.

Alcançando repercussão favorável, tanto na comunidade como junto aos órgãos locais e regionais envolvidos na sua execução, particularmente junto à Secretaria de Estado de Educação e Universidade Federal do Pará, depois de manter contatos com esses órgãos, a Área de Educação elaborou um novo projeto, agora, a nível de Licenciatura de 1.º Grau de Curta Duração, nas áreas de Estudos Sociais e Comunicação e Expressão, para ser desenvolvido a partir de janeiro de 1977.

Outros cursos ministrados:

Ano	Denominação	Carga Horária	N.º de Partic.
1972	Curso de Treinamento em Período Preparatório, Alfabetização e Técnicas de Participação em Comunidade (*).	22	43

(*) Convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Pará.

Ano	Denominação	Carga Horária	N.º de Partic.
1972	Curso de Atualização Metodológica em Estudos Sociais (**).	46	108
1972	Curso de Atualização Metodológica em Matemática (**).	46	108
1974	Curso de Atualização Metodológica Para Professores de 5. ^a a 8. ^a Séries do 1. ^o Grau (*).	40	104
1974	Curso de Atualização Para Diretores de Escola de 1. ^o Grau (***)	48	13

Participantes:

A Área de Educação contou, nesse período, com a participação de professores da Faculdade de Educação, professores da Escola de Aplicação da FEUSP, alunos e ex-alunos do Curso de Pedagogia e do Curso de Licenciatura da FEUSP, assim distribuídos:

Em 1971 — Professores	: 2 — 2	
Em 1972 — Professores	: 1	
Licenciados	: 6	
Acadêmicos	: 6 — 13	
Em 1973 — Professores	: 2	
Licenciados	: 1	
Acadêmicos	: 14 — 17	
Em 1974 — Professores	: 1	
Licenciados	: 10	
Acadêmicos	: 16 — 27	
Em 1975 — Professores	: 2	
Licenciados	: 10	
Acadêmicos	: 6 — 18	
Em 1976 — Professores	: 2	
Licenciados	: 9	
Acadêmicos	: 4 — 15	Total: 92 participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou a descrição — ainda que sucinta — das atividades realizadas pela Área de Educação do Setor de Recursos Humanos

(**) Convênio com a IV.^a Divisão Regional de Educação do Pará.

(***) Convênio com a SUDAM/Secretaria Municipal de Educação de Marabá.

do Grupo de Trabalho da USP junto ao "Campus" Avançado de Marabá, no período compreendido entre outubro de 1972 a outubro de 1976, foi o de efetuar uma tomada de posição e — por que não dizer? — deixar uma advertência para futuras programações. É claro que tal descrição permite algumas interpretações no sentido de ser analisada a validade desse trabalho. Entretanto, por motivos óbvios, não nos arriscamos a fazer qualquer interpretação.

Podemos, sim, apenas salientar que os objetivos e metas perseguidos no decorrer do período identificaram-se com diretrizes estabelecidas em projetos e/ou secções de projetos que integram o Plano de Implantação da Reforma do Ensino do Estado do Pará, de 1972, tendo ocorrido desse modo sintonia das atividades com as iniciativas dos órgãos locais e regionais, principalmente com as da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

Finalmente, como tomada de posição e advertência para o futuro, registramos a mensagem do nosso velho Padre Vieira, encontrada no Sermão da Sexagésima: "Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras".

Isto porque, "palavras sem obras são tiros sem balas; atroam, mas não ferem".